

MP está restringindo direito de defesa de João de Deus, diz Toron

O advogado **Alberto Zacharias Toron**, responsável pela defesa do médium João de Deus, afirmou à **ConJur** que o Ministério Público de Goiás está cerceando o direito de defesa de seu cliente.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



João de Deus é acusado de ter cometido os crimes de estupro de vulnerável e violação sexual por fraude.

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Preso desde 16 de dezembro e réu em uma ação penal, João de Deus foi denunciado pela segunda vez nesta terça-feira (15/1). O MP-GO acusa o médium de ter cometido os crimes de estupro de vulnerável e violação sexual mediante fraude.

Porém, Toron disse à **ConJur** que os promotores que atuam no caso já decidiram que João de Deus é culpado, e não dão chance para a defesa provar a inocência dele.

“Chega a ser medonho o que os membros do MP estão fazendo no caso João de Deus. Não nos dão vista de nada, marcam interrogatório um dia antes no próprio MP, a defesa é obrigada a ler tudo em 20 minutos antes do interrogatório. Ele é ouvido e a denúncia (que já estava pronta) é protocolizada na manhã seguinte. É a antítese do que deve ser um processo no Estado Democrático de Direito”, criticou o criminalista.

Denúncias de abusos

A investigação contra João de Deus está concentrada em 15 denúncias. O MP-GO recebeu mais de 500 denúncias de abusos sexuais, durante tratamento espiritual na Casa Dom Inácio de Loyola, em Abadiânia, onde fazia atendimentos. Ele nega as acusações.

Na última quarta-feira (9/1), a juíza Rosângela Rodrigues dos Santos, de Abadiânia, aceitou denúncia apresentada pelo Ministério Público contra o médium. Com a decisão, João de Deus virou réu no processo, que trata de quatro supostas vítimas do médium. A decisão está em segredo de Justiça e os detalhes não foram divulgados.

Date Created

15/01/2019